

TESTEMUNHO DE UM PERCURSO INSPIRADO EM PAULO FREIRE

Alberto Melo¹

Passaríamos todo o nosso tempo aqui se quiséssemos agora definir a noção de “empowerment”, ou de empoderamento, como os nossos amigos brasileiros já ousaram traduzir. Basta sublinhar que se trata de ganhar poder, capacidades, de forma singular e colectiva: dentro de si, com quem se convive e se partilham ideias, sentimentos, projectos, organizações. Se é uma palavra anglo-saxónica, já não será exclusivo destes povos a noção e as práticas afins. Surgiu o conceito recentemente, mas numa linha de continuidade com visões da Educação que a orientam no sentido de uma conquista de maior e melhor autonomia pessoal, desenvolvimento pessoal, promoção de capacidades, incluindo naturalmente a de intervir para cada um e cada uma se construir como pessoa total e coerentemente integrada, através das respectivas inter-relações com os outros e com o mundo; ou, como dizia Espinosa, já na primeira metade do séc. XVII, pela “política” e pelo “trabalho” cada pessoa torna-se mais pessoa.

É um processo que implica, sempre, a elevação do indivíduo a sujeito da sua transformação, na educação-formação, como na integração activa na sociedade. E exige igualmente a sua inserção numa aprendizagem colectiva: aprender em grupo graças à participação num projecto do grupo. A palavra-chave é mesmo “projecto”, nestes processos de educação como “empoderamento”. Partir de uma visão, que engloba a nossa crença numa sociedade melhor, a nossa vontade de agir e a nossa confiança de podermos influir. Encarar o problema, que pode ser vivido pessoalmente, mas se revela ser um problema de muitos, procurando minimizá-lo ou resolvê-lo por uma acção pensada e querida por alguns. Rever, reforçar ou reformular a visão de partida, à luz desta experiência, bem ou mal sucedida.

Hoje, somos afectados, agredidos, por forças muito negativas,. Que procuram a hegemonia a qualquer preço. Forças anti-humanas, anti-vida até. Forças que procuram arredar as formas de vida em geral, e a pessoa humana em particular, como finalidade última da organização e da decisão sociais, substituindo-as por abstracções ideológicas, como o “lucro”, a “produtividade”, a “competitividade” ou, de uma forma geral, a “economia”. Em lugar dos valores, instalam-se monopolisticamente os “custos”. Será que não há hoje vida para lá da economia? Ou da finança, à qual se tem gradualmente reduzido o mundo da economia.

E, simultaneamente, exercem-se pressões mediáticas, ideológicas, vincando a incapacidade das pessoas para alterar, para melhorar, a situação presente; ilustrando, através de um exclusivo de “más notícias” nos meios de comunicação, como é má a natureza humana, da qual se não pode esperar qualquer resposta positiva e criativa para construir um melhor futuro. Anuncia-se o fim da História. Desintegra-se a noção de cidadão, como base da

¹ Docente nos Mestrados de Educação e Formação de Adultos na Universidade do Algarve e no Instituto Politécnico de Beja

organização social democrática, por inúmeras funções parcelares, como consumidor, contribuinte, eleitor, produtor, telespectador, excluído, público-alvo...

Pretende-se que a economia passou a ser uma ciência exacta e, por isso, há uma e só uma via política a adoptar, cientificamente. Não se compreende então porque subsistem os políticos, se já não há decisão política a tomar. Não bastam computadores programados? E se morreram as opções, as alternativas, morreu a política, morreu a democracia, morreram os cidadãos. Se o mundo passou a ser um grande mercado, será possível ser-se cidadão de um mercado?

Na tentativa que cada um de nós poderá fazer para vincar a sua condição de humano, para demonstrar como é ainda possível actuar e influir o curso dos acontecimentos, mesmo à mais pequena escala, temos em Paulo Freire uma referência constante que nos inspira e nos ajuda a reflectir permanentemente, a interpretar as nossas práticas e a reformular as nossas ideias e ideais.

"Ser cultural ou ser consciente é a forma radical de ser dos humanos, enquanto seres que, refazendo o mundo que não fizeram, fazem o seu mundo, e neste fazer e refazer se refazem a si mesmos. São, porque estão sendo."

Como esta, são inúmeras as frases de Paulo Freire, vincando o direito e o dever de cada pessoa se afirmar como sujeito da sua história e, como tal, da história do mundo. Numa linha de pensamento, talvez iniciada por Baruch de Espinoza - visando esclarecer as relações dinâmicas entre a pessoa e a sua sociedade política - e que no século XX terá ganho os seus maiores expoentes, Paulo Freire oferece-nos simultaneamente uma visão: tornarmo-nos efectivamente pessoas; e um programa: agir sobre nós mesmos, agindo sobre o mundo, para nos aproximarmos incessantemente dessa visão, sabendo embora que o processo ficará por natureza inacabado.

Em contraste com sistemas filosóficos e ideológicos que reduzem cada pessoa a uma resultante passiva ou impotente de factores determinantes, emerge em Paulo Freire uma importante margem de liberdade, e simultaneamente de responsabilização, para cada um de nós, como ser humano. Porém, esta liberdade só será libertação à medida que - pela acção, e pela reflexão que façamos dessa acção - cada indivíduo se for tornando mais consciente, mais autónomo, mais eficaz e eficiente nessa mesma acção, sobre si, sobre os outros, sobre o mundo. Em suma, libertar-se-á à medida que, por esta via de influenciar e deixar-se influenciar, se for tornando mais pessoa.

Desta forma, o espaço público - o espaço aberto à intervenção humana sobre a sua sociedade ultrapassa em muito o espaço reservado ao trabalho dos políticos de profissão. A sociedade não se transforma apenas através das grandes reformas, das mega-estratégias, mas estará a evoluir sempre que cada um de nós pensa e age em coerência, visando o aperfeiçoamento próprio e o dos outros, e sempre que um grupo de cidadãos empreende um

processo - por mais pequeno que seja - de aprendizagem colectiva através da acção reflectida. Estamos em plena acção educativa, logo que, como nos diria Paulo Freire, pudermos "melhorar a condição humana, contrariando os efeitos da psicologia da opressão" .

Vêm estas considerações a propósito de uma experiência de intervenção de natureza socio-educativa, iniciada em 1985, a partir de um pequeno grupo de pessoas, sediadas na Escola Superior de Educação de Faro. (De início, o Projecto RADIAL e, desde 1988, a Associação "In Loco").

Qual a causa próxima dessa iniciativa? Por um lado, a constatação de uma enorme assimetria entre as condições de vida no litoral do Algarve e no seu interior serrano, como resultado da expansão à escala planetária de um modelo dominante de acumulação de capital e de concentração de investimentos subordinado exclusivamente ao princípio da maximização do lucro, da rendibilidade.

Por outro lado, a convicção de que a resistência a tal modelo, destruidor de valores para nós e muitos outros essenciais, não poderia de modo algum resumir-se a inserir, por via tecnocrática, esse território no processo de expansão em curso.

Por fim, a consciência de que um espaço de intervenção cívica assim criado se tornaria, a breve trecho, numa "escola de cidadãos" capazes de analisar rigorosamente a sua situação pessoal e a sua sociedade e encontrar as vias mais coerentes e apropriadas de intervir, de forma integrada, participada e geradora de autonomia, em qualquer tipo de contexto social e geográfico.

Para delinear e concretizar, gradualmente, este processo de actuação, é óbvio que nos acompanhou em permanência o pensamento de Paulo Freire. Muito mais, aliás, a sua filosofia do que o seu reputado modelo pedagógico. Acima de tudo, a sua crença na natureza perfectível de todas as pessoas, uma vez envolvidas em dinâmicas conducentes à libertação, ou a sua demonstração de como "um processo de conquista da autonomia pessoal é detonador do processo para uma sociedade mais livre".

Não partimos de um plano prévio de acção, exaustivo e estanque, mas sim dos resultados de contactos inter-pessoais nas aldeias, de reuniões gerais com as populações. Vivíamos, vivemos ainda, na incerteza, que é - nas palavras de Paulo Freire - "o único lugar de onde é possível trabalhar de novo necessárias certezas provisórias".

Partimos para a invenção comum de respostas adequadas, definidas no diálogo, ou até no confronto de ideias, entre a equipa de intervenção e os residentes.

Como ele também nos diz, "o intelectual precisa saber que sua capacidade crítica não é superior nem inferior à sensibilidade popular; a leitura do real requer as duas".

Organizámos instrumentos e momentos para a reflexão sobre a prática em curso. Tal como o "radical" em Paulo Freire (e radical é ir até à raiz das coisas), "rejeitámos o activismo e submetemos sempre a acção à reflexão, reconhecemos que, se não podíamos deter nem antecipar, podíamos e devíamos, como sujeitos, com outros sujeitos, ajudar e acelerar as

transformações desejáveis, na medida em que íamos conhecendo melhor para melhor poder interferir".

Definimo-nos à partida como um projecto de acção-investigação-formação e mantemos hoje, passados quase 20 anos, o compromisso com esta aposta de prosseguir um processo que é fundamentalmente educativo e que, por isso mesmo, deve assentar nesses três pilares. Conceber e executar um projecto de intervenção desta natureza numa zona em crise cultural e económica, como é o interior rural, exige uma ruptura drástica com os padrões convencionais de ensino baseados em espaços especializados para a transmissão de conhecimentos, numa relação unidireccional professor-aluno e em conteúdos programáticos pré-definidos.

A acção educativa não pretende ser, e não pode ser nestes casos, para se tornar eficaz, uma simples extensão institucional, alargando a sua clientela para produtos inalterados. Se a acção educativa quer contribuir de facto para a gama de respostas exigidas por situações-problema, não é possível iniciar de imediato actividades formais de educação ou formação. Lançar cursos, sem um prévio trabalho de reconhecimento e expressão das aspirações, capacidades, recursos locais e necessidades, não seria mais que reproduzir os interesses, motivações e saberes dos próprios docentes - sem qualquer garantia de os adequar realmente às situações sobre as quais se pretende intervir. É aqui essencial a humildade de assumir a posição de "fornecedor" de algumas respostas parciais, face a solicitações que só são expressas de forma efectiva e rigorosa nos próprios locais e momentos de uma intervenção capacitadora.

Neste processo, foi fundamental à equipa de intervenção saber ouvir e saber aprender, antes de saber falar ou saber ensinar, a fim de criar uma dinâmica partilhada na busca de respostas compreensíveis e adequadas. Nas palavras de Paulo Freire: "Ninguém ensina o que não sabe. Mas também ninguém deveria ensinar o que sabe, sem, de um lado, saber o que já sabem, e em que nível sabem, aqueles e aquelas a quem vai ensinar o que sabe" ; ou ainda: "Devemos procurar a construção do conhecimento colectivo, articulando o saber popular e o saber crítico, científico, mediado pelas experiências no mundo."

Cursos profissionais e projectos de investigação aplicada puderam ser utilizados, sim, mas uma vez integrados na dinâmica em curso, como fecundos espaços de interacção entre actores, entre culturas, entre saberes. Tal foi o caso, entre muitos, da tecelagem manual, assente nos contributos técnicos, tanto de uma tecedeira local como de "designers" vindos do exterior, e onde as mulheres participantes receberam elementos de teoria da cor ou de debuxo, que lhes permitiram passar de uma condição de meras executoras, reproduzoras de idênticos padrões, à de reais criadoras. Ou os cursos de doces tradicionais ou de plantas aromáticas, sempre precedidos de uma recolha exaustiva dos saberes e saber-fazer tradicionais, mas igualmente sempre enriquecidos com contributos exteriores, numa busca constante de sínteses criativas entre a tradição e a inovação.

Também projectos de investigação colocados ao serviço do desenvolvimento do território serrano, como os referentes à aguardente de medronho, à utilização da energia solar ou à

raça caprina algarvia, souberam combinar conhecimentos locais e científicos, souberam alternar a investigação "on farm" e "on station", de modo a produzir resultados rigorosos e enquadrados com as reais necessidades dos produtores locais.

O que se torna necessário, acima de tudo, é criar situações educativas, contextos dinâmicos em que se insiram grupos significativos de pessoas (em número e em qualidade), em torno de problemáticas que afectam efectivamente a vida quotidiana; problemáticas que geram sempre oportunidades de desenvolvimento, nas áreas do cognitivo, do estético-afectivo, do físico-motor, das técnicas, da sociabilidade, da cidadania activa, etc. Ora, para que se criem estas situações, estas dinâmicas educativas, o ponto de partida (uma vez efectuado, em comum, um breve diagnóstico prévio) quase se poderia dizer que é indiferente, na condição de agregar o interesse de um grupo local, por pequeno que seja de início.

Nos primeiros 3 anos do nosso projecto na Serra do Caldeirão, esses pontos de partida foram, por um lado, o isolamento das crianças e a consciência por parte de muitas famílias de que elas necessitavam de um apoio complementar ao que lhes era dado pela escola; por outro lado, a situação geral de subemprego dos adultos (em especial, das mulheres) e de desemprego dos adolescentes e a necessidade de criação de novas actividades económicas no interior, e de melhoria das existentes, a fim de resistir ao processo de despovoamento em curso.

Do local se passa facilmente ao global. Como tão bem nos diz Paulo Freire: "Quanto mais enraizado na minha localidade, tanto mais possibilidade tenho de me mundializar. Ninguém se torna local a partir do universal. O caminho existencial é o inverso." Também o nosso Miguel Torga nos ensinou que "o universal é o local sem paredes."

E, como recentemente nos lembrou Michael Apple, "nestes tempos neoliberais, precisamos de voltar a Paulo Freire para nos lembrarmos das preocupações éticas e políticas que devem animar o nosso criticismo social e ideológico, para nos lembrarmos da importância de nos empenharmos na verdadeira educação crítica, para refazer a conexão com os sonhos, visões e até mesmo com esperanças utópicas que são negadas numa sociedade em que os lucros contam mais do que as pessoas."

E é de certo modo um retorno a Paulo Freire a velha-nova experiência em que estou envolvido, de há um ano para cá, quando temporariamente deixei o local pelo global, e aceitei a incumbência de ajudar a relançar as bases de um sistema de educação e formação de adultos para Portugal.

Um retorno também pessoal, porque em 1975/76, fora já encarregado de reconstruir a educação de adultos, na nova era democrática em Portugal, e o fizera então numa base, não de importação de quaisquer modelos vindos de fora, mais a oeste ou mais a leste, mas sim a partir do que era o país, que começa no local, no quotidiano. E assim, com clara inspiração em Paulo Freire, se lançou nessa altura um programa público de apoio à Educação Popular.

Tive o privilégio nos anos seguintes de ocasionalmente trocar informações e pontos de vista com Paulo Freire, na UNESCO. Ele, ainda exilado, trabalhando afanosamente numa Guiné-Bissau recém-independente, e eu de certo modo auto-exilado, após aquela experiência na

administração pública, simultaneamente exaltante e frustrante. E frustrante, porque governos subseqüentes a puseram de lado, considerando-a demasiado "terceiro-mundista" para um país que preparava a sua candidatura à Europa Comunitária. No entanto, passadas três décadas, as estatísticas referentes ao nível de escolarização da nossa população adulta são ainda de facto de natureza "terceiro-mundista". Com efeito, numa Europa em que 12 anos de escolaridade e formação se vai tornando norma, os mais de 2/3 da população adulta portuguesa, cujo nível de aproveitamento escolar não ultrapassa os 6 anos, desenham um quadro social preocupante. E, acima de tudo, denunciam o carácter profundamente elitista da sociedade portuguesa - de que o elitismo do seu sistema de ensino não tem sido mais que um epifenómeno - incapaz de outorgar ao objectivo da elevação do nível cultural e técnico das pessoas adultas a prioridade política que merece e exige.

Em finais de 1997, o governo português anunciou novas medidas em matéria de educação e formação de adultos. Perspectivando, por um lado, a criação de uma estrutura exclusivamente dedicada a este domínio e, por outro, a construção gradual de um sistema coerente e algo independente relativamente ao modelo escolar, que esteja, de facto, ajustado às características próprias das pessoas adultas.

Entre as várias medidas previstas, sublinho uma que, a meu ver, se encontra em grande sintonia com os ensinamentos do nosso mestre Paulo Freire. Dizia-nos ele: "Subestimar a sabedoria que resulta necessariamente da experiência socio-cultural é, ao mesmo tempo, um erro científico e a expressão inequívoca da presença de uma ideologia elitista... Não é possível aos educadores desconhecer, subestimar ou negar os saberes de experiência feitos com que os educandos chegam à escola."

Ora, é óbvio que a população adulta portuguesa não é, não pode ser, tão "ignorante" quanto o mero reflexo da sua fraca escolaridade poderá sugerir. A integração em geral bem sucedida dos emigrantes portugueses na Europa, a transição pacífica de uma sociedade ditatorial para um regime democrático, a inserção de mais de meio milhão de retornados das antigas colónias, a construção em poucos anos de uma sociedade mais moderna que nos conduziu já ao Clube do Euro, não podem ser obra de uma população sem qualificações. Mais do que sub-qualificada, a população adulta portuguesa é hoje sub-certificada, o que atesta sobretudo o carácter monolítico e inflexível dos nossos sistemas de certificação. Sistemas que têm ignorado a intensidade e a qualidade do esforço de autoformação, realizado pelos adultos em contextos de vida e de trabalho.

Por isso se defende agora, como um dos pilares do novo sistema de educação e formação de adultos para Portugal, que os saberes e as competências adquiridos fora das vias formais de ensino ou de formação profissional sejam igualmente considerados. Através de uma análise rigorosa, com a participação activa dos interessados, e de um reconhecimento formal, traduzido numa validação oficial. Conduzindo sempre a uma creditação, isto é, outorga de créditos convertíveis em equivalências; ou equivalência parcial, correspondendo a dispensa

de uma certa parte do percurso formal de educação e formação; ou equivalência total, correspondendo a uma certificação automática e à outorga imediata de um diploma oficial.

As propostas feitas já conduziram à construção de um tal dispositivo de reconhecimento e validação das aprendizagens informais, dispositivo assente nas chamadas competências-chave para a vida, e que se pretende seja um dos eixos fulcrais de uma verdadeira política (ainda por definir e adoptar) de educação e formação ao longo da vida em Portugal. A sua concretização, através dos Centros de Reconhecimento e Validação de Competências-Chave (CRVCC) da responsabilidade inicial da ANEFA (Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos, criada em Setembro de 1999 e extinta em Agosto de 2002) – está em curso. Estará a sociedade portuguesa suficientemente aberta à mudança para permitir inovações neste sentido, isto é, para aceitar que a vias radicalmente diferentes de aquisição e de criação de saberes correspondam certificações de idêntico valor social e institucional? Será possível consolidar esta experiência, até agora só acessível a quem procura certificação de 9 anos de escolaridade, e alargá-la ao 12º ano e ao ensino superior? Ainda não posso deixar-vos uma resposta definitiva, aqui e agora. Porque esta luta é dura, mas esta luta continua.

Permitam-me, por fim, despedir-me com estas belas palavras de Paulo Freire, que muito gostaria de poder um dia fazer minhas (e certamente muitos de vós também):

"Sou leal ao sonho. Minha acção tem sido coerente com ele. Exigente com a ética, considero que ela tem a ver com a coerência com que se vive no mundo, coerência entre o que se diz e o que se faz... Continuem contando comigo na construção de uma política educacional, de uma escola com outra cara, mais alegre, mais fraterna e democrática."